



Concurso Público



NÍVEL MÉDIO
Cargo 8:

TARDE

Inspetor de Guarda Portuária

5/3/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se o tipo de caderno — Caderno 1, Caderno 2 ou Caderno 3 — coincide com o número que está registrado na sua folha de inscrição e verifique se ela contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
4. Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(su) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
7. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
8. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

1. 11/3/2006, a partir das 17h (horário de Brasília) — Consultas oficiais preliminares das provas objetivas, quadros de provas do CESPE/UnB e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/docaspa2005.
2. 8 e 9/3/2006 — Recursos exclusivamente ao Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/docaspa2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
3. 11/4/2006 — Resultado final das provas objetivas e convocação para a prova de capacidade física: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/docaspa2005.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recurso em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2005 – DOCAS/PA, de 13/12/2005.
- Informações adicionais: telefone (0XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Ainda cabe muita gente

- 1 Um mundo mais populoso não é essencialmente um problema. Mais importante é investir na qualidade de vida da população.
- 4 Entrevistado: “Imagine se todos os chineses resolvessem viver como os americanos. Países desenvolvidos precisam adaptar os seus padrões de consumo e desperdiçar menos.”
- 7 Luiz Roberto do Carmo (demógrafo da UNICAMP).

Época, 26/12/2005, p. 62 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito do fragmento de texto acima, que inicia uma reportagem.

- 8 De acordo com o desenvolvimento do texto, verifica-se que o termo “mais populoso” (ℓ.1) indica uma comparação entre dois mundos: um de agora e um do futuro.
- 9 Subentende-se da argumentação do texto que o termo “Países desenvolvidos” (ℓ.5) refere-se à China e aos Estados Unidos da América.
- 10 Uma forma alternativa para o texto, que preservaria a coerência textual e a correção gramatical, seria a voz reflexiva: **adaptar-se** em vez da voz ativa “adaptar” (ℓ.6).
- 11 O emprego dos sinais de aspas (ℓ.4 e 6) permite inferir que se trata de uma fala citada de Luiz Roberto do Carmo.

1 O mundo já se debruçou várias vezes sobre a discussão a respeito da quantidade de seres humanos em relação à água, ao solo disponível para plantação, aos locais para depositar o lixo e, é claro, sobre a questão da migração. Muitos especialistas garantem que os países desenvolvidos têm medo de serem invadidos pelos imigrantes que não encontram espaço e oportunidade de trabalho em sua terra natal.

7 Não há dúvidas de que um aumento desordenado da população pode trazer conseqüências negativas para o planeta, mas o que fica claro, quando se investiga a questão, é que isso não vai necessariamente acontecer. O número de pessoas isoladamente não significa muito. Cuidar dos problemas de sempre, como fome, educação, saúde e lixo, é o que importa.

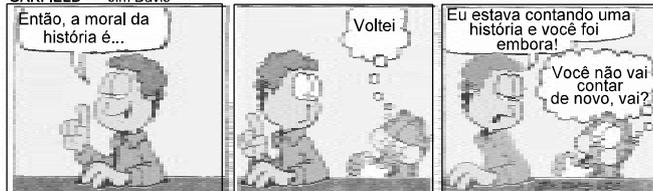
13 Em outras palavras: o padrão de vida esbanjador de uma nação rica é mais prejudicial para o meio ambiente do que milhões de cidadãos pobres.

Lia Bock. Cabe muita gente. In: Época, 26/12/2005, p. 64 (com adaptações).

Com base nas idéias e nas estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 As duas ocorrências da preposição “sobre” (ℓ.1 e ℓ.4) iniciam termos que complementam a idéia de “se debruçou” (ℓ.1).
- 2 Se a expressão “em relação” (ℓ.2-3) for substituída por seu sinônimo **com o respeito**, mantêm-se a coerência textual e a correção gramatical.
- 3 Apesar de estar empregado no singular, subentende-se do desenvolvimento do texto que o termo “terra natal” (ℓ.7) refere-se a “países desenvolvidos” (ℓ.5).
- 4 O pronome “isso” (ℓ.10) retoma, no texto, a idéia de “aumento desordenado da população” (ℓ.8-9), com “conseqüências negativas para o planeta” (ℓ.9).
- 5 De acordo com o desenvolvimento da textualidade, o advérbio “isoladamente” (ℓ.12) está empregado com o valor do adjetivo **isoladas**.
- 6 O termo “Cuidar dos problemas de sempre” (ℓ.12-13) é responsável pelo emprego da forma verbal “é” (ℓ.13) no singular.
- 7 Mantêm-se os sentidos textuais e a correção gramatical se o parágrafo final do texto for assim reescrito: Ou seja, mais prejudicial que milhões de cidadãos pobres é o padrão de vida esbanjador do meio ambiente para uma nação rica.

GARFIELD — Jim Davis



Folha de S. Paulo, 28/1/2006.

Considerando que tanto as imagens quanto os balões da tirinha acima são um texto, julgue os seguintes itens.

- 12 A frase do segundo balão, “Voltei”, completa a idéia deixada em suspenso na fala do primeiro balão.
- 13 Depreende-se do diálogo, especialmente da pontuação do primeiro balão e do emprego dos verbos no terceiro quadrinho, que a história já foi inteiramente contada para Garfield.
- 14 Se Garfield quisesse pedir que a história fosse, de fato, recontada, a fala final, com função de sugestão, deveria ser assim escrita: **Você vai contar de novo, não vai?**

Considere o seguinte trecho de um ofício.

1 Em atendimento à solicitação constante do Ofício 3344/SG/2006, respondemos a Vossa Senhoria ser de nossa opinião que o relatório sobre o impacto ambiental (RIMA) do loteamento registrado sob o número 111/5, no Cartório XYZ, é requisito fundamental para sua aprovação.

Julgue os itens subseqüentes, a respeito das estruturas lingüísticas desse trecho.

- 15 A expressão “ser de nossa opinião” (l.2-3) desrespeita as normas de impessoalidade do documento; por isso, deve ser retirada.
- 16 Por estar no corpo do documento, e não no endereçamento, o pronome de tratamento “Vossa Senhoria” (l.2) deveria ser escrito com letras minúsculas: vossa senhoria.
- 17 Para que as regras do padrão culto da língua portuguesa e as normas de redação oficial sejam respeitadas, a preposição “sob” (l.4) deve ser mudada para **sobre**.

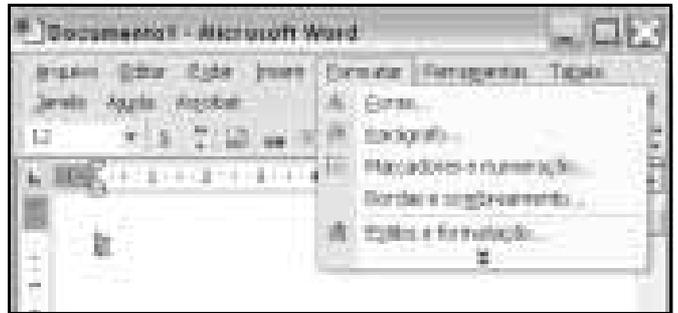
População em queda livre no Japão

1 Riqueza e vida cômoda parecem ser inimigas do crescimento demográfico. Enquanto nos países em desenvolvimento, sobretudo naqueles mais pobres, as populações aumentam, nos países ricos, elas tendem a decrescer perigosamente. Na Europa, várias nações enfrentam os problemas originários da queda do número de nascimentos, entre eles o da imigração. No Japão, as coisas são ainda piores: a população deverá cair dos atuais 128 para apenas cem milhões nos próximos 50 anos.

Planeta, fev./2006 (com adaptações).

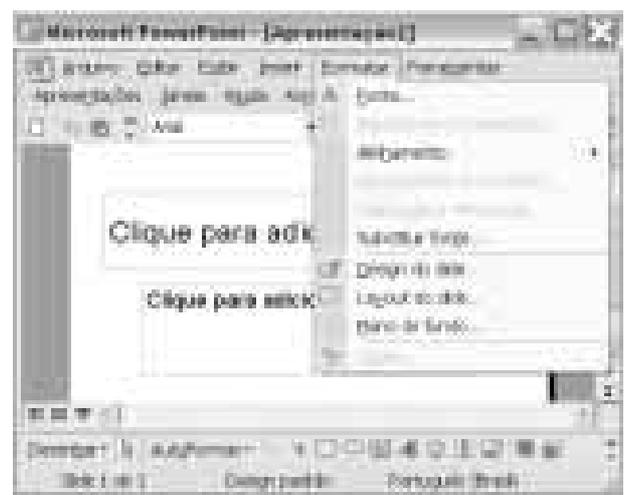
Julgue os itens seguintes, a respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima.

- 18 Depreende-se do texto que o problema da imigração, em várias nações, também é decorrente da queda do número de nascimentos.
- 19 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “entre eles o da imigração” (l.7) por **entre eles, a imigração**.
- 20 Na linha 8, o verbo auxiliar em “deverá cair” está empregado no singular para concordar com “a população”, mas também seria coerente sua concordância no plural, ou seja, com os numerais da oração.



Acerca do Word 2002, julgue os itens a seguir, considerando a figura acima, que ilustra uma janela desse aplicativo.

- 21 A opção **Fonte...** permite que se alterem os formatos de espaçamento de caracteres e o tamanho da fonte de texto selecionado do documento em edição. O tamanho da fonte de texto selecionado também pode ser alterado por meio de .
- 22 Ao se clicar **Estilos e formatação...**, será disponibilizada uma janela que contém diferentes estilos de documentos. Nessa janela, o usuário pode escolher o estilo carta, relatório, fax, entre outros estilos de documentos.
- 23 A opção **Bordas e sombreamento...** é usada para se definir tipos de bordas que se deseja empregar em texto selecionado do documento em edição. Para aplicar essas bordas no texto selecionado, é suficiente clicar .



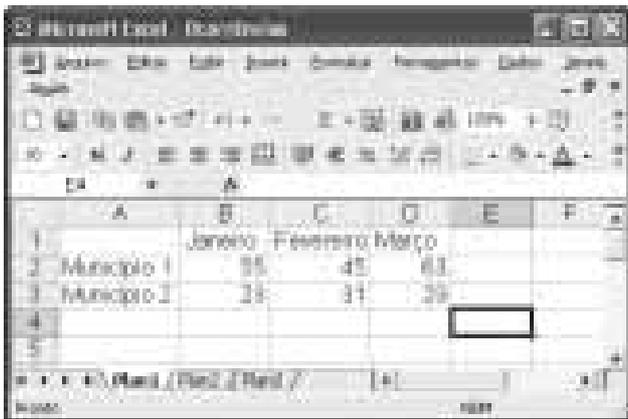
Acerca do PowerPoint 2002, julgue os próximos itens, considerando que a figura acima ilustra uma janela desse aplicativo.

- 24 Considere que o usuário já tenha uma apresentação armazenada no computador em uso. Nesse caso, é possível aplicar o esquema de cores, slides e títulos mestres dessa apresentação a uma apresentação em elaboração. Esse procedimento é realizado por meio da opção **Design do slide...**.
- 25 Caso se deseje alterar a cor de fundo das caixas de texto mostradas, limitadas pelas regiões retangulares, é possível fazê-lo por meio do seguinte procedimento: selecionar as caixas de texto; escolher a cor de fundo na opção **Estilo de fundo...**.



A figura acima mostra uma janela do Windows XP. Com relação a essa janela e ao Windows XP, julgue os itens a seguir.

- 26 Ao se aplicar um clique duplo com o botão esquerdo do *mouse* ao ícone , será exibida a pasta referente a esse ícone, com os seus conteúdos.
- 27 Ao se aplicar um clique simples com o botão direito do *mouse* ao ícone , o arquivo do Word referente a esse ícone será excluído.
- 28 O arquivo associado ao ícone  tem tamanho superior a 10 mil *bytes*.



A figura acima mostra uma janela de um aplicativo executado em um computador cujo sistema operacional é o Windows XP. Com relação a essa janela e ao referido aplicativo, julgue os itens que se seguem.

- 29 Essa é uma janela do pacote de programas denominado OpenOffice, que pode ser obtido gratuitamente na Internet.
- 30 Para se calcular a soma dos conteúdos das células B3, C3 e D3 e pôr o resultado na célula E3, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula E3; digitar =B3+C3+D3 e, em seguida, teclar .



A partir das informações contidas na janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada acima, que está sendo executada em um computador PC, julgue os próximos itens.

- 31 Sabendo-se que, para se “acrescentar ao *browser* novas e surpreendentes funções” a partir de “dezenas de *plug-ins*” existentes na *web*, é necessário estabelecer relações cliente-servidor, em que arquivos são carregados de um servidor e armazenados e executados em clientes, cujos papéis são bem definidos, então é correto concluir que essas operações constituem exemplo de *webservice* disponibilizado tipicamente em redes *peer-to-peer* (par-a-par).
- 32 As informações contidas na janela do IE6 são suficientes para se concluir que, ao IE6 instalado no computador, foi acrescentado *plug-in* não-disponibilizado originalmente pelo referido aplicativo.
- 33 Os *plug-ins*, mencionados no texto contido na área de páginas do IE6, que podem ser adicionados ao *browser* na construção de um navegador melhor, são armazenados na pasta cujo acesso é disponibilizado ao se clicar o botão .
- 34 Após se armazenar no computador, por *download*, arquivo que permite a instalação de *plug-in*, é possível enviar tal arquivo a determinado contato na *web* por meio de recursos disponibilizados pelo aplicativo que se executa ao se clicar o botão .



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do IE6 no acesso a uma página *web* com recursos de *webmail*, julgue o seguinte item.

35 As informações apresentadas na referida janela são suficientes para se concluir que, ao se teclar **Efetuar login**, será iniciado processo de envio de informações a um servidor na *web* reconhecido por autoridade certificadora na forma de dados criptografados.

Ontem foi a Rocinha. Amanhã pode ser o Complexo do Alemão, ou qualquer favela. Na tragédia carioca, mudam os domínios dos algozes. O território seqüestrado é sempre o mesmo: o Rio de Janeiro. A mais bela das cidades é subjugada há muitos anos pela rotina do horror, que desce dos morros permanentemente disputados a tiros por quadrilhas de narcotraficantes.

Nas favelas, a presença do Estado é promessa de candidato. As instituições civilizadas não ultrapassam fronteiras fixadas pelos bandidos. Os senhores dos morros deliberam sobre todas as coisas. Decidem, por exemplo, se a hora é de paz ou de guerra.

Desprotegido e só, o Rio sobrevive morrendo de medo.

Jornal do Brasil, 16/2/2006, capa.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

36 O quadro de violência retratado no texto é uma exclusividade do Rio de Janeiro, cidade que foi, por muito tempo, a capital brasileira.

37 No Rio de Janeiro, a violência ainda é exclusiva dos morros, o que ameniza seus efeitos sobre o conjunto da população carioca.

- 38** Infere-se do texto que uma nova modalidade de seqüestro ocorre no Rio de Janeiro: em vez de pessoas, áreas territoriais são literalmente seqüestradas pelos marginais.
- 39** O que mais assusta com relação aos índices de violência no Rio de Janeiro, tal como apresentado no texto, é que esse quadro representa fenômeno relativamente novo e, portanto, desconhecido pela maioria da população.
- 40** Uma das conseqüências mais visíveis dos elevados índices de violência é a insegurança coletiva que ela gera, o que torna as pessoas cada vez mais reféns de seu próprio medo.
- 41** Há clareza quanto à influência do tráfico de drogas ilícitas no aumento da violência e da insegurança na sociedade contemporânea, tal como se vê no exemplo da Cidade Maravilhosa.
- 42** Uma das características marcantes do mundo contemporâneo é a existência de uma rede global do crime organizado, que age nas mais variadas frentes e atinge diversas regiões do planeta.
- 43** O narcotráfico é uma das mais rentáveis faces do crime organizado, mas a tendência é que esse comércio ilegal decline em face da significativa redução da demanda por parte dos consumidores, realidade atualmente verificada, sobretudo, nos países mais ricos.
- 44** Infere-se do texto que, em uma cidade como a do Rio de Janeiro, o poder público praticamente está ausente em áreas mais pobres, como nas favelas, o que facilita a ação dos grupos criminosos nelas instalados.
- 45** Guerras entre facções criminosas, como as que costumam ocorrer nos morros cariocas, normalmente são determinadas pela disputa do controle de áreas de atuação dessas quadrilhas, o que quase sempre significa domínio sobre pontos de venda de drogas.
- 46** Além do tráfico de drogas ilícitas, o crime organizado global também atua no contrabando de armas, chegando ao requinte de vender ilicitamente material nuclear.
- 47** A ação resoluta dos governos, sob a liderança da Organização das Nações Unidas, conseguiu eliminar o tráfico internacional de mulheres e de crianças, por meio de leis severas e do trabalho conjunto das forças policiais de vários países.
- 48** No Brasil, a intervenção em alguns estados, com a substituição de governadores por interventores indicados pelo governo federal, trouxe significativa diminuição dos índices de violência nessas localidades.
- 49** No Brasil, costuma-se atribuir à morosidade dos processos judiciais e à dificuldade na aplicação das leis a sensação de impunidade que tanto agrada aos criminosos.
- 50** Nos últimos anos, a multiplicação de penitenciárias de segurança máxima e a construção de novos presídios por todo o país garantiram o fim da superlotação de condenados nas instituições penais, eliminando-se o foco de repetidos motins.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação ao direito internacional humanitário (DIH), julgue os seguintes itens.

- 51** O DIH é um ramo do direito internacional público constituído exclusivamente por normas convencionais especificamente destinadas a regulamentar os problemas que surgem em período de conflito armado.
- 52** As normas do DIH são fundamentalmente de três tipos: direito de Genebra, direito de Haia e regras de Liverpool.
- 53** O direito de Haia constitui o direito de guerra propriamente dito.
- 54** O chamado direito de Genebra engloba as quatro convenções de Genebra e dois protocolos adicionais. Esses seis instrumentos jurídicos somam cerca de 600 artigos que codificam as normas de proteção da pessoa humana em situações de conflito armado.
- 55** Os textos de Genebra foram elaborados com o objetivo de proteção às vítimas de guerra.
- 56** Em caso de conflito armado, os que forem postos fora de combate e os que não participem diretamente no conflito têm o direito ao respeito das suas vidas e da sua integridade física e moral, devendo-se, em todas as circunstâncias, protegê-los e tratá-los com humanidade, sem qualquer distinção de caráter desfavorável.
- 57** Tanto os feridos quanto os doentes devem ser recolhidos e tratados pela parte no conflito que os tem em seu poder.
- 58** O emblema da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho constitui sinal de proteção, devendo, por isso, ser respeitado.
- 59** As partes em conflito e os membros das suas forças armadas possuem direito ilimitado na escolha dos métodos e meios de guerra desde que as circunstâncias os justifiquem.
- 60** São proibidas as técnicas de modificação do ambiente para fins militares ou para quaisquer fins hostis.
- 61** São três as vertentes na proteção internacional da pessoa humana: direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados.

Julgue os seguintes itens, relativos a armas de guerra.

- 62** O objetivo da guerra deve ser enfraquecer o inimigo, e não, fazê-lo sofrer além do que seja suficiente para atingir tal objetivo.
- 63** Entre as armas proibidas, incluem-se as que causam males além do necessário, a baioneta de cruz ou dentada, as armas de fragmentação, as bombas de esferas e as armas incendiárias.
- 64** As normas de direito internacional humanitário prevêm a proibição dos ataques sem discriminação e a obrigação de distinção entre combatentes e não-combatentes.

65 Algumas armas são irremediavelmente letais, pois tornam a morte inevitável e têm cobertura de eficácia que ultrapassa o objetivo militar. O comércio dessas armas é restrito às grandes potências.

66 A declaração de São Petersburgo foi um marco no controle das armas, pois consagrou a proibição de utilização de armas que agravem inutilmente o sofrimento dos militares fora de combate e levem à morte desnecessariamente.

Acerca do direito internacional dos direitos humanos (DIDH), julgue os próximos itens.

67 As normas do DIDH, que visam à salvaguarda dos direitos do ser humano, e não à dos direitos dos Estados, admitem exceções, caso os interesses econômicos justifiquem a utilização de medidas discriminatórias.

68 A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965, volta-se, em especial, para a prevenção de discriminação ou à proteção de pessoas ou grupos de pessoas particularmente vulneráveis à exploração sexual e ao tráfico de órgãos.

69 Uma das maiores limitações dos instrumentos de proteção internacional é o fato de eles contemplarem basicamente a prevenção e a punição de violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado, mas não se posicionarem quanto à prevenção e à punição de violações dos direitos humanos por outras entidades.

70 Os vários instrumentos de proteção internacional apresentam tanto normas suscetíveis de aplicabilidade direta quanto normas que se afiguram como programáticas.

No que diz respeito ao direito penal e suas noções básicas, julgue os seguintes itens.

71 Considere a seguinte situação hipotética.

Joaquim, com 28 anos de idade, desafeto de João, efetuou, em um bar, um disparo com um revólver em direção a João, com o nítido propósito de matá-lo. Ferido levemente em um dos braços, João correu em direção à rua e foi perseguido por Joaquim, que, ainda, efetuou um segundo disparo, sem, no entanto, atingir a vítima. Contido por populares, Joaquim foi preso e apresentado à autoridade policial competente.

Nessa situação, Joaquim responderá por tentativa de homicídio, visto que a morte somente não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade.

72 A coação moral irresistível torna o agente isento de pena, por inexigibilidade de conduta diversa.

73 No estado de necessidade, o perigo pode advir de conduta humana, força maior ou caso fortuito, enquanto a legítima defesa só é possível contra agressão humana ou ataque espontâneo de animal irracional.

74 São normas penais permissivas a legítima defesa, o estado de necessidade, o estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de direito.

- 75** Considere a seguinte situação hipotética.
Marcos, com 28 anos de idade, portando uma arma de fogo escondida sob a camisa, entrou em uma loja, com o propósito de praticar um assalto. Todavia, no interior do estabelecimento, viu uma bolsa esquecida sobre um balcão e, aproveitando-se da oportunidade, subtraiu do interior da bolsa, uma carteira com vultosa quantia em espécie e saiu despercebidamente do local.
Nessa situação, Marcos praticou o crime de roubo, visto que, no momento da subtração, portava uma arma.
- 76** A obediência hierárquica decorrente de relações de direito público exclui a culpabilidade somente quando o subordinado observa estrita obediência à ordem emanada de seu superior, desde que a ordem não seja manifestamente ilegal.
- 77** Conforme disposição do Código Penal, não há crime sem lei anterior que o defina, nem há pena sem prévia cominação legal. Um dos princípios contidos nesse dispositivo legal é o da legalidade ou da reserva legal.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética referente ao entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante a respeito da parte geral e especial do Código Penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 78** Mário, com 55 anos de idade, pretendendo a morte de Cláudio, adentrou a residência deste durante a noite e, aproveitando-se do fato de a vítima encontrar-se em aparente estado de sono, desferiu-lhe violentos golpes com um facão. Durante a investigação do crime, na perícia realizada no cadáver de Cláudio, constatou-se que ele já estava morto, anteriormente, visto que cometera suicídio por envenenamento.
Nessa situação, houve crime impossível, não respondendo Mário sequer pela tentativa de homicídio, em face da impropriedade absoluta do objeto material do delito.
- 79** Júlio, fiscal de tributos, ameaçando aplicar pesada multa a uma empresa, exigiu do representante legal da firma o pagamento de determinada quantia, em proveito próprio, para não aplicar a sanção. Entretanto, na data combinada para o recebimento do dinheiro, houve intervenção policial. Júlio foi preso e não auferiu nenhuma vantagem.
Nessa situação, Júlio não responderá por crime de concussão, visto que não chegou a obter a vantagem indevida.
- 80** Gabriel, com 19 anos de idade, pelo motivo torpe da vingança, municiou sua arma e efetuou contra Caio dois disparos, que não chegaram a atingir a vítima. Em vez de prosseguir atirando, Gabriel, voluntariamente, desistiu de seu propósito e permitiu que Caio deixasse o local sem qualquer ferimento. Nessa situação, Gabriel poderá responder por tentativa de homicídio, visto estarem presentes todas as circunstâncias configuradoras do crime tentado.
- 81** Maria, com 20 anos de idade, ciente de que o sistema de freios de seu veículo estava danificado, empreendeu curta viagem para uma cidade vizinha à que morava. Em um trecho do percurso, tal sistema apresentou falhas, o que ocasionou grave acidente, resultando na morte de dois passageiros do veículo. Nessa situação, Maria pode responder por homicídio culposo, visto que, por negligência, ela não adotou as cautelas necessárias à manutenção do veículo, tendo causado, por esse motivo, um resultado típico culposo.

Acerca dos crimes de lesões corporais, furto, estelionato, abuso de autoridade e infrações penais de menor potencial ofensivo, julgue os itens a seguir.

- 82** O conceito de infração penal de menor potencial ofensivo abrange somente crimes previstos no Código Penal, não alcançando as contravenções penais, visto que para estas há procedimento próprio, com rito especial para a sua apuração.
- 83** Constitui crime de lesão corporal qualquer alteração desfavorável produzida no corpo de outrem, de modo a causar ofensa à integridade corporal, com dano anatômico externo. Assim, a ofensa psíquica, sem dano externo, apesar de vir a caracterizar outros crimes, não pode ser considerada lesão corporal, nos termos conceituados pelo Código Penal.

- 84** Considere a seguinte situação hipotética.

Augusto, delegado de polícia, após ter prendido Mariano para averiguações quanto à prática de um furto ocorrido dias antes, manteve-o encarcerado na repartição policial por dois dias, após os quais, nada foi provado que pudesse imputar a Mariano a conduta delituosa. Diante disso, Mariano foi colocado em liberdade.

Nessa situação, a conduta do delegado de polícia caracteriza crime de abuso de autoridade, em face da prisão ilegal de Mariano.

- 85** A distinção entre os crimes de furto mediante fraude e estelionato reside no fato de que, no primeiro, o agente emprega a fraude para poder subtrair o bem, sem o consentimento da vítima, ao passo que, no estelionato, há o emprego de meio fraudulento para que a vítima se iluda e entregue, voluntariamente, o bem.

- 86** Considere a seguinte situação hipotética.

Conhecido e contumaz ladrão foi abordado por policiais militares e preso em flagrante, quando, de madrugada, de posse de um pé-de-cabra, espreitava um estabelecimento comercial.

Nessa situação, configurou-se a tentativa de furto, pois havia evidências de que já havia sido iniciada a execução do crime.

Acerca dos crimes contra a administração da Justiça e dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, julgue os itens subseqüentes.

- 87** Incorre em crime de falso testemunho o acusado em processo criminal que falseie a verdade dos fatos durante o interrogatório judicial, visto que, diante do juiz, o acusado deve prestar compromisso de dizer a verdade e a ela se obrigar.

- 88** A conduta típica do crime de comunicação falsa de crime ou de contravenção caracteriza-se por ocasionar a ação da autoridade pela comunicação da ocorrência de crime ou de contravenção que não se verificou. Tal delito, todavia, somente se consuma após a instauração de inquérito policial, não bastando a simples lavratura de boletim de ocorrência.

89 Em caso de peculato, o sujeito ativo do crime é o funcionário público, em sua aceção de direito penal, sendo o Estado o sujeito passivo do crime, pois, nessa situação, configura-se crime contra a administração pública, abrangidas as autarquias e as entidades paraestatais, entre as quais as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas.

90 Se um policial militar, ao realizar diligência policial, deixar de prender em flagrante o ladrão de um toca-fitas por reconhecê-lo como um antigo amigo de infância, então, nessa situação, a conduta do policial caracterizou-se como crime de prevaricação, visto que foi infringido dever de ofício para atender a sentimentos pessoais.

Com relação aos institutos gerais do direito penal e aos crimes em espécie, julgue os próximos itens.

91 O direito penal, no tocante ao seu objeto, somente pode dirigir seus comandos legais à pessoa, visto que ele se lastreia na voluntariedade da conduta humana. Disso resulta a exclusão da aplicação das leis penais às condutas decorrentes de movimentos corporais causais, como os atos reflexos, que não são domináveis pelo homem.

92 Uma das principais diferenças entre o crime culposo e o crime doloso reside na voluntariedade do resultado, visto que, no fato típico culposo, o resultado é involuntário e, no doloso, há vontade de se produzir o resultado.

93 O agente responde por tentativa delituosa e não pelo crime consumado quando, já tendo realizado atos executórios, pratica, antes da consumação do crime, uma nova ação, impedindo voluntariamente a produção do resultado.

94 Considere a seguinte situação hipotética.
Júlio, com 19 anos de idade, jogador profissional de futebol, feriu gravemente um jogador adversário em uma regular disputa de bola, durante uma partida, perfeitamente aceitável pelas regras do esporte.
Nessa situação, Júlio poderá responder por crime culposo, visto que não teve a intenção de ferir o outro jogador.

95 Suponha-se que um réu, em um processo de homicídio, envie a uma das testemunhas uma carta em que a ameaça de morte, caso venha a depor em seu desfavor perante o tribunal do júri. Nessa situação, a conduta do réu caracteriza o crime de coação no curso do processo.

96 O crime é dito consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal. Assim, o crime de furto consuma-se quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, e a coisa é retirada da esfera de disponibilidade da vítima.

97 Está na previsibilidade o verdadeiro fundamento da culpa, a qual consiste na conduta voluntária que produz um resultado antijurídico não-querido, fundamentado em uma conduta pautada por imprudência, negligência ou imperícia.

Quanto aos crimes de trânsito previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue os itens que se seguem.

98 A embriaguez ao volante, a competição não-autorizada ou “racha”, a direção não-habilitada e a velocidade incompatível são crimes de trânsito considerados de perigo concreto, cuja verificação e aferição se impõem em cada caso, exigindo-se, para que se perfeçam, a iminência de dano ou lesão a um ou mais bens jurídicos que possam ser individualizados.

99 O crime de inovação artificiosa de trânsito, em que o causador do acidente, mediante emprego de artifício, altera o local do acidente para induzir em erro a análise pericial, somente é configurado se do acidente resultar a morte da vítima.

100 Não se aplica às disposições criminais do CTB a Lei do Juizado Especial Criminal, em face da ausência de compatibilidade entre essas duas legislações.

101 Ao condutor punido criminalmente por conduzir embriagado um veículo não pode ser imposta sanção administrativa correspondente à prática delituosa, pois não há previsão legal para a imposição das duas sanções.

102 Para que a embriaguez caracterize crime de trânsito, é necessário que haja prova pericial que comprove haver, pelo menos, seis decigramas, por litro de sangue, do condutor do veículo, de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou dependência física ou psíquica.

Em relação às normas gerais de circulação e conduta dispostas no CTB, julgue os itens seguintes.

103 É de 110 km/h a velocidade máxima permitida em vias urbanas de trânsito rápido onde não haja sinalização regulamentadora.

104 Crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros dos automóveis, salvo em situações regulamentadas pelo CONTRAN, e devem usar obrigatoriamente o cinto de segurança.

105 Os veículos destinados a socorro em casos de incêndio e a salvamento gozam de prioridade no trânsito e, quando os dispositivos de alarme sonoro e de iluminação vermelha estiverem acionados, sinalizando a proximidade desses veículos, todos os condutores dos demais veículos deverão deixar livre a passagem pela faixa da esquerda, conduzindo-se para a direita da via e, se necessário, parando o veículo.

106 É de 60 km/h a velocidade máxima permitida nas estradas localizadas em vias rurais onde não exista sinalização regulamentadora.

107 Nas vias urbanas em que não houver ciclovia ou ciclofaixa, a circulação de bicicletas deve ocorrer nos bordos da pista de rolamento, em sentido contrário ao de circulação para a via, assegurada a preferência sobre os veículos automotores.

Julgue os itens a seguir, no que se refere às infrações administrativas de trânsito.

- 108** De acordo com o CTB, as infrações estão divididas em quatro grupos: leves, médias, graves e gravíssimas.
- 109** Caracteriza infração de grau leve dirigir com calçados de saltos altos, visto que estes comprometem a utilização dos pedais de veículo automotor.
- 110** De acordo com a legislação de trânsito, assim como os motoristas devem respeitar as faixas de pedestres, estes também devem observar as normas pertinentes e atravessar a via em local apropriado; todavia não existe previsão legal para a imposição de sanções ao pedestre que desobedecer à sinalização específica.
- 111** Conduzir veículo sem portar os documentos obrigatórios relacionados no CTB caracteriza infração de grau leve, para a qual a penalidade é a multa, com a possibilidade de retenção do veículo até que a referida documentação seja apresentada.
- 112** Sem prejuízo das medidas administrativas pertinentes, comete infração de trânsito, punida com pena de multa, o motorista que dirigir veículo portando carteira nacional de habilitação vencida há mais de trinta dias.
- 113** Considera-se veículo automotor todo veículo a motor de propulsão que circule por seus próprios meios e que sirva, normalmente, para transporte viário de pessoas e coisas, ou para tração viária de veículos utilizados para o transporte de pessoas e coisas. Incluem-se nessa classificação os veículos que são conectados a uma linha elétrica e não circulam sobre trilhos.
- 114** O direito penal do trânsito compreende um conjunto de normas penais que prevêm os crimes praticados na direção de veículos automotores, os crimes que têm relação direta ou indireta com o trânsito e as respectivas penas, com o objetivo de proteger a incolumidade pública e privada, a vida, a integridade corporal das pessoas e a segurança no trânsito em seu sentido mais amplo.
- 115** A importância da legislação de trânsito eleva-se sobremaneira, principalmente quando se sabe que, no Brasil, milhares de pessoas morrem anualmente em razão de acidentes de trânsito. Nesse contexto, o CTB estabeleceu sanções penais rigorosas e permitiu, expressamente, que o legislador criasse novos tipos penais sem observância ao princípio da reserva legal.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca da norma de segurança e saúde no trabalho portuário, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 116** Ao aproximar-se do porto, determinado navio iniciou procedimento de atracação. Nessa situação, durante as manobras de atracação, os guindastes de terra e os de pórtico devem ser aproximados das extremidades do navio, para agilizar os procedimentos de descarga.
- 117** Henrique se acidentou dentro de uma embarcação, durante a realização de manobra com pá mecânica, o que ocasionou a perda de seu braço direito. Nessa situação, a embarcação será impedida de zarpar até que seja realizada a investigação do acidente por especialistas da capitania dos portos, suas delegacias ou agência.

Julgue os itens seguintes, acerca da Lei n.º 8.630/1993 (Lei dos Portos).

- 118** Nos portos organizados, o exercício da atividade de conferência de cargas será realizado exclusivamente por trabalhadores portuários com vínculo empregatício a prazo indeterminado.
- 119** Considere que determinado órgão de gestão de mão-de-obra tenha se recusado a distribuir trabalhadores a um operador portuário, de forma não-justificada. Nesse caso, a conduta do órgão de gestão de mão-de-obra constitui infração à Lei dos Portos e caberá à administração do porto a aplicação da penalidade cabível.
- 120** Em conformidade com a Lei dos Portos, considera-se instalação portuária de uso privativo aquela explorada apenas por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à armazenagem de mercadorias provenientes de transporte aquaviário.

